



Número: **0600723-88.2020.6.16.0171**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **12/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600723-88.2020.6.16.0171**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Impulsionamento**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600723-88.2020.6.16.0171 que, com fundamento no art. 57-C da Lei n. 9.504/1997, julgou procedente a presente Representação Eleitoral ajuizada pela Ministério Público Eleitoral em face de Adriano Negocek, para o fim de confirmar a decisão liminar proferida em 14.11.2020 (ID. 39920402) e condenar o representado ao pagamento de multa eleitoral de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). (Representação por Propaganda Eleitoral Irregular ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral em face de Adriano Negocek, sob a alegação de propaganda eleitoral impulsionada irregular por parte do candidato, em razão do impulsionamento realizado na rede social Facebook sem a menção do CNPJ contratante e, portanto, em desconformidade com as regras do TER, em especial o art. 29, da Res. TSE nº 23.610/2019. Publicações: "Adriano Negocek Para vereador, vote professor Piva. Sua melhor alternativa! 50134"; "Para mais educadores na Câmara de Almirante Tamandaré. Vote para vereador Professor Alfredo! 50555 A favor da educação de Almirante Tamandaré e um representante dos profissionais da educação"; "A Rochelle já deu errado. Em Almirante Tamandaré, para prefeito vote 50 #adrianoeuvtosim"; "Por políticas públicas para os moradores de bairros da periferia de Almirante Tamandaré. Vote #50 e vamos trazer a perifa para o centro dos debates! Adriano Negocek prefeito 50 Alexandre Nassar Vice A periferia no poder PSOL 50"; Em Almirante Tamandaré vote Robinho para vereador 50123. Candidatura do povo que batalha!"; "Até o Cat Vibes embrasando no nosso jingles de campanha. Chega junto e vamos votar 50 no próximo domingo para prefeito em Almirante Tamandaré. Conheça nosso plano de governo"; "Política também é coisa de gente jovem". Alega violação ao art. 36, § 3º, c/c art. 57-C, da Lei 9.504/97). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIANO NEGOCEK (RECORRENTE)		BRUNO CESAR DESCHAMPS MEIRINHO (ADVOGADO)	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANA1 (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29536716	25/03/2021 22:42	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

**Autos de RECURSO ELEITORAL (11548) nº 0600723-88.2020.6.16.0171**  
**RECORRENTE:** ADRIANO NEGOCEK  
Advogado do(a) RECORRENTE: BRUNO CESAR DESCHAMPS MEIRINHO - PR0048641  
**RECORRIDO:** PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ  
**Relator:** THIAGO PAIVA DOS SANTOS

## RELATÓRIO

Trata-se na origem de representação ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral em face de Adriano Negocek, sob a alegação de que o representado teria realizado impulsionamento irregular.

Por sentença (id. 23300366), o juízo *a quo* julgou procedente a representação, condenando o representado ao pagamento de multa no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Irresignado, o representante recorreu (id. 23300766), requerendo, em síntese, o afastamento da multa aplicada.

Contrarrazões pelo não provimento (id. 23301116).

Nesta instância, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo não conhecimento (id. 24144316).

É o relatório. Decido.

Sustenta a Procuradoria Regional Eleitoral que o recurso seria intempestivo, uma vez que o recorrente foi intimado em 09/12/2020 e o recurso foi interposto em 11/12/2020.

A respeito da contagem de prazo na justiça eleitoral José Jairo Gomes faz importante apontamento:

Porque a propaganda eleitoral só pode ocorrer no período eleitoral, forte é a influência do princípio da celeridade nas representações que a ela se referem. A demora na prestação jurisdicional pode resultar no prolongamento de condutas ilícitas em prejuízo da campanha por elas afetada. **Por isso, os prazos são contínuos e peremptórios, correndo nos finais de semana e feriados, no período compreendido entre o pedido de registro e a data-limite designada no calendário eleitoral para a diplomação dos eleitos.** [Direito Eleitoral, 2020]

Nesse sentido, o art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/19, dispõe que o prazo para a interposição de recurso eleitoral nas eleições municipais é de 01 (um) dia, vejamos:



Art. 22. Contra sentença proferida por juiz eleitoral nas eleições municipais é cabível recurso, nos autos da representação, no PJe, no prazo de 1 (um) dia, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões em igual prazo, a contar da sua intimação para tal finalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 96, § 8º).

Cumpre salientar que a contagem de prazo não observa o disposto no art. 219 do CPC, tendo em vista que durante o período definido no calendário eleitoral, os prazos “relativos a representações, reclamações e pedidos de direito de resposta são contínuos e peremptórios e não se suspendem aos sábados, domingos e feriados, entre 26 de setembro de 2020 e as datas fixadas no calendário eleitoral”. [art. 8º, inciso I, da Resolução TSE 23.624/2020]

Assim, percebe-se que houve intimação da sentença via aplicativo *Whatsapp* em 09/12/2020 (quarta-feira – id. 23300566) e interposição do recurso em 11/12/2020 (sexta-feira - id. 2300766), isto é, fora do prazo legal que seria 10/12/2020.

Desta forma, observa-se que o recorrente não se atentou ao prazo legal e interpôs o recurso de maneira intempestiva, uma vez que o período eleitoral perdurou até a diplomação dos eleitos em 18/12/2020. [art. 1º, inciso V, da EC 107/2020]

Ante ao exposto, NÃO CONHEÇO do recurso em razão da evidente intempestividade, com fulcro no art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/19, art. 8º, inciso I, da Resolução TSE 23.624/2020 e na forma do artigo 31, inciso II, do regimento interno deste Tribunal.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS  
Relator

